



# INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NA POLÍTICA E NA ESTRATÉGIA DAS GRANDES POTÊNCIAS

Lewis A. Tambs

*O professor Lewis A. Tambs leciona História na Arizona State University.*

*Tem os graus de B.S. em Engenharia Industrial e M.A. e Ph. D. em História.*

*É autor de várias publicações sobre Geopolítica, História e assuntos militares. Seu último livro, em co-autoria com Gerald Kleinfeld, é *Hither's Spanish Legion: The Blue Division in Russia, 1941-1944*, Carbondale, 111. Univ. of Southern Illinois, Press, 1979.*

O padrão político primário superposto à terra é o Estado." A política exterior e a estratégia nacional são instrumentos por meio dos quais os povos buscam defender ou expandir seus interesses. A política define tais interesses e estabelece prioridades. A estratégia oferece os meios de atingi-los. Em consequência, o guerreiro deve estar submetido ao estadista. Contudo, numa era de nacionalismo, uma era de religião do Estado, quando as forças armadas podem ser a expressão última da vontade popular, o papel do estadista e do soldado pode tornar-se um só. No entanto, o interesse nacional deve ter precedência sobre as lealdades individuais e institucionais, pois o *continuum* é o objetivo supremo dos negócios internacionais.

Os Estados existem somente em relação um com o outro. Não há amigos permanentes, nem inimigos permanentes. Nação alguma barganha com a sobrevivência. Conseqüentemente, a política exterior e a doutrina estratégica dos Estados variam. Mas há certas constantes, além da sobrevivência. População, produtividade, recursos, tecnologia e até mesmo clima e localização relativa podem mudar; a localização absoluta, nunca. As rotas comerciais podem deslocar-se. Os portos podem mudar; a localização absoluta, nunca. Os portos podem ser obstruídos por aluviões. Os impérios podem expandir-se ou contrair-se. As fronteiras podem ser distantes ou próximas. Mas o cerne de uma comunidade, a menos que esta seja exterminada ou dispersa, permanece fixo. Cada povo está preso a um lugar, a uma posição ou a um terreno determinados. Portanto, a geografia é a constante na formulação da política internacional e da doutrina estratégica.



Os estudos que investigam o elemento geográfico das relações internacionais são chamados de geopolítica. A geopolítica é uma arte, não uma ciência. Da mesma forma que a Ciência, a geopolítica prevê. Mas, posto que tantos fatores físicos incomensuráveis — fatores tecnológicos, econômicos, ambientais, geográficos, industriais e militares — têm de ser integrados a componentes humanos em constante transformação, demográficos, psicológicos, filosóficos, sociológicos, históricos e culturais —, a geopolítica, como a direção dos assuntos públicos, permanece uma arte. Contudo, na qualidade de arte, não está limitada à estrutura física dos Estados e à relação orgânica destes com os fenômenos naturais e políticos. A geografia política cobre também problemas afins de fronteiras, limites, migração, governo, transporte, frotas, fortalezas e exércitos. Assim, embora espaço, lugar, dotação e localização sejam de importância capital na análise geopolítica, o fator humano, ainda que talvez limitado ou favorecido pelo ambiente natural, é primordial. Devemos sempre abrir exceção para o heróico. Afinal, somente os homens fazem história. O Estado é uma criação do homem, e a terra, embora fixe o cenário, é apenas o palco onde o drama dos acontecimentos humanos é representado.

O maior recurso natural de qualquer Estado é o seu povo. Toda família, clã, tribo, grupo, povo, comunidade, sociedade, Estado, nação ou império está ligado a um determinado local. As comunidades continentais geralmente estão associadas a vales, planícies e varadouros. A civilização chinesa está arraigada no vale do rio Amarelo; a russa, na ponte terrestre entre o Volga, o Don e o Dnieper; a alemã, na área entre o Elba e o Reno; a francesa, na bacia do Sena; e a espanhola, nos planaltos de Castela. Alguns povos mais jovens, herdeiros de impérios marítimos mais velhos, como os EUA e o Brasil, encontram-se ainda em processo de continentalização. As cabeças-de-praia iniciais — as baías de Massachusetts e Chesapeake, nos EUA, e a baía de Salvador e o vale do rio Tietê, no Brasil — vão gradualmente cedendo lugar a centros interiores — o vale do Missouri-Mississippi, o planalto brasileiro. No entanto, a atração do Atlântico, embora recuando, ainda predomina. Duas outras potências regionais do Novo Mundo, o México e a Argentina, permanecem enraizadas em seu cerne pré-colombiano e colonial, o vale do México e o estuário do Rio de la Plata.

As sociedades insulares e costeiras são geralmente identificadas com estuários, recôncavos e mares protegidos. O Japão começou na planície do Yamoto do mar Interior; a Holanda, no Zuider Zee; a Inglaterra, no Tâmsa; e Portugal, no Tejo.

A localização do território central geralmente expõe os habitantes a forças externas, por vezes conflitantes, ocasionalmente complementares. Na China, a competição foi entre as terras aráveis e as estepes (produtor versus saqueador); na Moscúvia, entre a floresta e a estepa; na Alemanha, entre as planícies polonesas, o Mediterrâneo romano e os campos férteis da França; na França, entre o Reno, o Atlântico e o Mediterrâneo; em Castela, entre o Mediterrâneo, o Atlântico e a África; nos EUA, entre o Atlântico, o Pacífico e o Caribe; e, no Brasil, entre a África, o Atlântico e a América do Sul. A Argentina e o México são quase peninsulares. O México



está dividido entre terras aráveis e o deserto, enquanto a Argentina vive numa tensão entre o mar e o pampa.

As comunidades insulares e costeiras enfrentam um dilema diferente. O Japão e a Grã-Bretanha estão protegidos, mas não isolados, da Eurásia, por um fosso de água salgada. O continente ao mesmo tempo atrai e repele, mas o mar é o seu caminho para a sobrevivência. Para Holanda e Portugal, a ameaça do interior foi sempre uma constante: Alemanha e França, no primeiro caso, Castela, no segundo. O mar também foi a salvação deles.

A emergência da Europa moderna começou com a conquista de Ceuta pelos portugueses, em 1415. Concomitantemente com a invasão lusitana do noroeste da África, uma expedição naval chinesa chegou ao estreito de Hormuz, no golfo Pérsico. Foi o terceiro esquadrão dos sete liderados pelo célebre Cheng Ho, que lançou-se pelo sudeste da Ásia, de Sumatra a Ceilão, estendendo-se para o oeste até Adem, Arábia e África, entre 1403 e 1433. Essas poderosas armadas buscavam impressionar os Estados situados ao longo das rotas comerciais do mar da China, do estreito de Malaca e do oceano Índico, e assegurar o reconhecimento da suserania e da supremacia do Reino Médio. Tributo e submissão, não intercâmbio e comércio, eram os objetivos, pois a China era essencialmente auto-suficiente e não tinha muita necessidade de importações. Tal atitude refletir-se-ia mais tarde nas relações da China com os mercadores europeus. Enquanto sua marinha desfilava para o sul e para o oeste, a dinastia Ming (1368-1644) lançava uma série de ataques preventivos por terra, até a Mongólia exterior, a fim de destruir o prestígio de qualquer caudilho tártaro em ascensão, em torno do qual os mongóis pudessem congregar-se. Essas operações cirúrgicas refletem o arraigado temor da China agrícola pelos cavaleiros nômades das estepes desertas. Para reforçar ainda mais a fronteira noroeste, os Mings transferiram a capital de Nanquim, situada no centro do país, para Pequim, mais excêntrica, em 1421. A partir desse ponto avançado, os chineses defenderam-se melhor das investidas mongólicas, ao longo do perímetro setentrional, durante os próximos cinco séculos.

Os três decênios entre 1403 e 1433 cobrem completamente a política chinesa até a era da velha suserania, mas não soberania sobre o sudeste da Ásia: prestígio, mas não presença, no oceano Índico; um sistema econômico autárquico; e ataques preventivos, combinados com uma vigilância constante contra a ameaça dos mongóis. Somente com a chegada dos navegantes europeus as costas chinesas ficariam expostas. Em consequência, a preocupação com a ameaça que vem do oeste sempre tomara precedência nas políticas não somente dos Mings, mas também nas de seus antecessores e sucessores, os manchus (1644-1911), os nacionalistas (1911-1949) e os marxistas (1949-). Porque a China somente pode ser invadida a partir do mar ou do deserto de Gobi. O resto está cercado por montanhas. Os manchus, eles próprios bárbaros sinicizados, estenderam as fronteiras do Reino Médio para além do rio Amur, no norte, até a periferia extrema da Mongólia, ao noroeste, passando o Pamir, no oeste, e o Tibete e os altos Himalaias, no sudoeste. Esse planalto seco e desértico pouco se adaptava às técnicas agrícolas bem irrigadas das terras centrais dos Hans. Mesmo assim, as vastas extensões de estepes desabitadas serviam como uma



zona de amortecimento contra outra migração mongólica. Os chineses precisavam dispor de terreno para recuar, pois até mesmo os primeiros manchus entrariam em contato com os herdeiros da Horda Dourada — os russos.

Os povos das estepes da Ásia Central saquearam os bordos da Eurásia durante séculos. Átila, Gengis Kan, Batu, Ulagu, Timur, o Coxo e Babar levaram seus cavaleiros pelos confins da Eurásia, do mar da China ao oceano Índico e, dali, para o Mediterrâneo e o Adriático. Dando preferência à mobilidade e ao poderio militar, e desdenhando as empresas agrícolas estáticas, esses povos pastorais coagulavam ocasionalmente numa massa compacta, sob o comando disciplinado e centralizado de um líder dinâmico e então explodiam em erupções maciças, porém breves de energia, que os lançava como uma onda da Ásia Central para saquear as civilizações que os cercavam.

A tática dos tártaros varria quase tudo que estava à frente de suas hordas invasoras. A confusão fingida e os movimentos de flanco eram suas manobras típicas; a astúcia, a intriga e a traição eram costumeiras. A mobilidade, combinada à astúcia de enfrentar um inimigo por vez, irradiando suas forças do centro da Ásia antes que os opositores pudessem juntar-se, eram comuns. O emprego de missões comerciais e enviados diplomáticos como espíões, propagadores de boatos e propagandistas, que preparavam o caminho para a conquista através da guerra psicológica, eram técnicas tradicionais dos tártaros.

Mestres da mobilidade e do ardid, os nômades conquistaram e controlaram as rotas das caravanas e as encruzilhadas comerciais que ligavam entre si as sociedades adiantadas das costas do continente. Os russos, herdeiros da tradição tártara, tentariam aplicar essas técnicas no interior da Ásia, sob o czar. Desde 1959, os soviéticos vêm procurando aplicar a mesma estratégia de mobilidade marítima e controle dos pontos de estrangulamento dos sete mares. Pois embora os chineses, os indianos e os persas tenham sido conquistados pelos mongóis, terminaram eventualmente absorvendo-os. Inversamente, os russos foram mongolizados. Desde 1959, os mongóis transferiram-se para o mar e estão aplicando as mesmas técnicas dos tártaros aos mesmos países dos bordos da Eurásia, interditando-lhes as linhas marítimas de comunicação, em vez de assaltarem as rotas das caravanas com os cavaleiros da Horda Dourada.

A Horda Dourada invadiu a Rússia em 1238. As forças da estepe triunfaram sobre as da floresta, uniram as duas culturas e passaram, então, a dominar a todo. Sob Gengis Kan, a Horda Dourada completou a conquista da China, Turquestão, Afeganistão, Pérsia e Transcaucásia. Depois de sua morte, Batu, seu neto, marchou sobre a Rússia, conquistando tanto as estepes meridionais, quanto as florestas setentrionais. O domínio político dos mongóis sobre a Rússia duraria somente até 1452, quando Moscou assinalou que havia assumido o papel de sucessor da Horda Dourada ao fundar um principado tártaro vassalo em Kasimov.

A marca mais duradoura da conquista mongólica foi no pensamento político do povo russo. O Estado tártaro estava construído sob o princípio da submissão inquestionável do indivíduo ao grupo, primeiro à clã e, através desta, ao Estado



em seu todo. Esse princípio de colméia passou totalmente ao povo russo e levou a um sistema de serviço universal ao Estado. Os mongóis introduziram um novo conceito do poder do príncipe. O Kan era absoluto e autocrático. A submissão era inqualificada. Os duques de Moscou, na qualidade de sucessores dos Kans, consideravam o povo completamente sujeito à sua vontade. As terras sob seu domínio eram propriedades exclusivas dele, e eram dedicadas aos interesses do Estado.

O período de dominação tártara da Rússia coincidiu com a ascensão do poder moscovita. Os príncipes de Moscou venceram seus vizinhos e rivais não pelo vigor com que haviam atacado os invasores mongóis, mas por seu êxito em cortejar o favor do Kan. Aqueles príncipes obtiveram, no século XIV, a ajuda dos exércitos tártaros contra seus rivais russos, trabalhando como coletores de impostos e agentes policiais dos Kans.

A aquisição desse monopólio lucrativo, ainda que desabonador, permitiu a Ivan Kalita (1325-1341) vencer todos os seus vizinhos e rivais e estabelecer um novo principado central russo na junção entre a estepe e a floresta, as terras altas entre as cabeceiras da Volga, do Don e do Dnieper. Irradiando-se para o leste, o sul, o oeste e o norte, Ivan Kalita iniciou um avanço, à sombra do poder tártaro, que ganhou novo ímpeto com a mudança do metropolita da Igreja Russa para Moscou, fortalecendo assim as pretensões do Grande Príncipe à primazia tanto em assuntos temporais, quanto espirituais.

Ivan, o Grande (1462-1505), ampliou ainda mais a missão mística de Moscou. Ele assumiu o título de czar (cesar) e o manto dos imperadores bizantinos, junto com a pretensão de Constantinopla a ser Protetora da Cristandade Ortodoxa. "O tema Roma, houve três (Roma, Constantinopla e Moscou), uma quarta nunca haverá" reverberaria pelos corredores do Kremlin, que Ivan construiu. A religião — ortodoxa sob os czares, e marxista-leninista sob os soviéticos — seria utilizada como uma arma de política exterior para alcançar os objetivos nacionais, e também como um instrumento de ordem interna para forjar povos e culturas diversas numa única ideologia. Portanto, à medida em que recuava a ameaça tártara, uma sociedade autoritária, altamente centralizada, baseada no capitalismo de Estado e na unidade ideológica, começou a evoluir e a expandir-se desde o ponto em que a floresta encontrava-se com a estepe, na Moscóvia.

Os oceanos eram o seu objetivo. O interior da Eurásia, semelhante a um oceano interno, não oferecia obstáculos naturais à expansão. Mas a natureza também não oferecia proteção. Os montes Urais iam de norte a sul, mas eram baixos e fáceis de atravessar. Além, na Sibéria, as cordilheiras corriam do leste para o oeste, formando corredores, como o Kansu, que apontavam para Moscou, em ambos os sentidos. O resto era a estepe aberta, a floresta achatada ou a *taiga* e a tundra. Para o oeste, era a mesma coisa: as planícies polonesas e a bacia do Báltico. No sul, erguiam-se os planaltos da Mongólia e do Turquestão, fáceis de atingir, mas difíceis de atravessar, e os dois mares, o Cáspio e o Negro, nas extremidades das três estradas fluviais, o Volga, o Don e o Dnieper, correndo diretamente desde Moscou; ao norte, jazia imóvel o oceano Ártico, aberto apenas uma vez por ano, através do mar Branco.



Os corredores mais convenientes para a expansão de Moscou achavam-se ao leste e ao oeste. Somente o espaço poderia fornecer a proteção que a natureza não dava. Se fraca, a Rússia seria meramente campo de parada dos exércitos estrangeiros. As vastas distâncias e o poderio militar seriam suas únicas defesas. O temor de um ataque vindo do Oriente, de uma invasão otomana ou de uma penetração polonesa ou alemã estava profundamente marcado na memória de Moscou. Mas essas três ameaças do leste, do sul e do oeste também ofereciam civilização, comércio e tecnologia. Atraíam tanto quanto repeliam. Também abriam os oceanos.

As águas quentes chamavam. Sempre buscando o mar, os moscovitas, sob Ivan Kalita, Ivan, o Grande, e seus sucessores, Ivan, o Terrível (1553-1584), e os Romanovs (1613-1917), como Pedro, o Grande (1689-1725), Catarina, a Grande (1762-1796), Alexandre II (1855-1881) e Alexandre III (1881-1894), avançaram para o leste, passando os Urais e a Sibéria e chegando ao Pacífico (1637), para o sul, ao longo das estradas fluviais, até os mares Cáspio e Negro, para o oeste, até o Báltico, e para o norte, até o Ártico. Cinco séculos depois de Ivan Kalita, os russos haviam ocupado quase todo o interior da Ásia e estabelecido um império transcontinental que ia de mar a mar. Irradiando-se do núcleo moscovita, a Rússia conquistou as rotas das caravanas da Ásia Central e estabeleceu contato com as sociedades avançadas que ofereciam comércio e tecnologia. Impelida por sua missão, a Terceira Roma, com sua imensa população e sua vasta área, exerceria uma influência cada vez maior nos assuntos mundiais.

Os objetivos não se modificaram depois da revolução de outubro de 1917. O apelo das águas quentes continuou. Também continuou o desejo de dominar as civilizações costeiras do continente. O comunismo substituiu a ortodoxia como pretexto para o intervencionismo e o imperialismo. Internamente, a revolução bolchevista revitalizou o sistema político centralizado e autocrático que havia entrado em decadência sob os últimos Romanovs. O socialismo significava a recaptura pelo governo do sistema econômico que havia começado a passar às mãos dos empresários privados. Assim, Nicolai Lenin (1917-1924) e Joseph Stalin (1926-1953) projetam-se como equivalentes atuais de Ivan Kalita e Ivan, o Grande, ao restabelecerem a velha ordem a um sistema totalitário, centralizado, de capitalismo estatal, ligado pela unidade ideológica e impelido a expandir-se pelos antigos impulsos herdados das tradições tártaras. A Rússia moscovita, dos Romanovs e dos marxistas, segue à mesma política: proteção através da aquisição de espaço, controle das rotas das caravanas que atravessam a Eurásia; e, que, até a idade da vela, ligavam as culturas costeiras; e, desde 1959, domínio das linhas marítimas exteriores de comunicação, que servem ao mesmo fim. E, acima de tudo, a contenção ou o envolvimento da eterna ameaça que vem do Oriente. Logo tanto o czar, quanto o comissário lutaram pela soberania do interior da Eurásia (heartland), suserania por satelitização ou neutralização (finlandização) da linha costeira (rimland), incluindo a China, ou isolamento desta, por envolvimento. Portanto, com a ênfase que dá à superioridade militar, à mobilidade e ao movimento amparados por missões diplomáticas que se dedicam à subversão e à guerra psicológica, a URSS é uma continuação da conquista mongólica e uma substituição racional da Horda Dourada.



A era da Horda terminava por volta do fim do reinado de Ivan, o Grande. Timur, o Coxo, lançou-se do Turquestão e, entre 1380 e 1393, derrotou a Pérsia e a Mesopotâmia, marchou sobre Moscou para forçar a submissão da Horda Dourada, invadiu o norte da Índia e humilhou os turcos otomanos. Morreu quando planejava conquistar Catai. Enfraquecida pelo avanço de Timur, desde Samarkand, a Horda nunca se recuperou, e a Moscúvia pôde impor sua independência, em meados do século XV. Enquanto isso, os portugueses avançavam pela costa da África Ocidental.

Portugal foi o pioneiro da expansão marítima europeia. Isolados das riquezas do Oriente pelo poderio terrestre do Islã e dos mongóis, ligados ao monopólio comercial de Veneza, os lusitanos propuseram-se rodear essa barreira pelo mar. Quando Vasco da Gama ancorou em Lisboa, em 1497, assinalou que o poderio terrestre na Eurásia havia sido flanqueado pelo poderio marítimo atlântico. No mesmo ano, o mongol Babur — descendente de Timur pelo lado paterno, e de Gengis Kan pelo lado materno — apoderou-se de Samarkand, a Ásia Central. Em questão de 30 anos, o oceano Índico e os portais do Pacífico — o estreito de Málaca e o mar ao sul da China — estão em poder dos portugueses. Permaneceriam sob o domínio europeu durante mais de 400 anos. Concomitantemente, os mongóis de Babur invadiram a Índia e submeteram o subcontinente durante os próximos três séculos. Havia começado o conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre, que ainda não terminou.

A Ibéria surgiu como centro dos dois primeiros impérios marítimos do mundo; Portugal na África, no sul do Atlântico, a protuberância do Brasil, o oceano Índico e o Pacífico Ocidental; a Espanha no Mediterrâneo, no meio do Atlântico, nas Américas e no Pacífico. Um oceano único envolve o mundo inteiro. Mas uma vez flanqueados os caminhos do interior da Ásia e descoberto o Novo Mundo, três mares interiores — o do sul da China, o Mediterrâneo e o Caribe —, e sete pontos de passagem — o estreito de Málaca, o Ceilão, o Chifre da África, o canal de Moçambique, o cabo da Boa Esperança, Gibraltar e o cabo Horn — emergiram, como pontos de estrangulamento, canais ou funis através dos quais fluía a maioria do tráfego marítimo mundial. As Linhas Marítimas de Comunicação (SLOC) circulam o globo. O império espanhol de além-mar estava ligado por uma ponte de navios. Durante o Cativo da Babilônia (1580-1640), quando Madri e Lisboa estavam juntas, o poderio ibérico predominava em todas essas 10 zonas estratégicas. Todas as sucessivas potências marítimas — a Holanda, a Grã-Bretanha, os EUA e a União Soviética — buscariam o mesmo.

O poder marítimo é uma frágil plataforma para a grandeza. Uma batalha, uma tempestade, uma administração que não financia a frota, põem tudo em perigo. No entanto, a península ibérica desfrutou de uma vantagem geográfica quando começou a era da vela. A região interior de Castela tinha frentes tanto para o Mediterrâneo, quanto para o Atlântico, e dominava Gibraltar. Portugal, "um balcão para o infinito", projetava-se mais para o oeste, para o Atlântico, do que qualquer outro reino continental. Contudo, à medida em que o centro demográfico e econômico da Europa transferia-se para o norte, em inícios do século XVII, o centro marítimo do continente também passou para lá, deixando a Ibéria rumo ao norte e até mesmo



nos mares da Noruega, permitindo que a Holanda e a Inglaterra florescessem. Os holandeses, próximos da passagem báltica do Som e situados no estuário do Reno, podiam controlar, para a consternação dos franceses e dos alemães, grande parte do comércio do interior do continente. Mas, ao contrário da Holanda, a Inglaterra não precisava se preocupar com um perigo às suas costas. As ilhas britânicas, separadas, mas não isoladas da Europa, achavam-se idealmente situadas para interditar as entradas e saídas tanto do mar do Norte, quanto as do mar da Noruega. Além disso, a demografia empurrava os britânicos para o mar. Até a revolução industrial, a Inglaterra somente podia aliviar a pressão do excesso de população através da expansão marítima e da colonização de além-mar.

A península ibérica sempre sofreu de uma desvantagem demográfica. O crescimento populacional não acompanhava o ritmo de seus compromissos mundiais. A França, principal concorrente continental de Castela, desfrutou de uma superioridade demográfica de dois para um em relação à Espanha até meados do século XX. Essa vantagem dos franceses foi de importância decisiva, pois a Espanha e a França estavam geopoliticamente destinadas a ser rivais.

A Ibéria ocupa uma posição privilegiada entre o Mediterrâneo, o Atlântico, a África e a Europa. A África, por certo, não começa nos Pirineus, mas essas montanhas não deixam de delinear um limite natural entre a França e a Espanha. A França, por motivos de interesse nacional, sempre foi hostil com a Espanha. Até a construção de canais de ferrovias, a rota mais fácil, segura e rápida da França mediterrânea à França atlântica ou *vice-versa* era por água, contornando a península ibérica e passando pelo estreito de Gibraltar. Portanto, desejosa de assegurar a comunicação marítima entre suas duas costas, a França sempre preferiu uma Espanha fraca e submetida. Além disso, os franceses olhavam para o leste. As pretensões imperiais da França na Europa centralizavam-se na Itália, na Suíça, na Alemanha e nos Países Baixos. Mesmo satélite, a Espanha, na retaguarda da França, era suspeita. Em consequência, os franceses desejavam uma Castela debilitada, pois esta, no interior, era o núcleo em torno do qual as outras regiões — Andaluzia, Extremadura, Portugal, Galícia, Astúrias, Viscaia, Aragón e Catalunha — giravam. Uma Castela forte significava uma península poderosa. E Castela lutava constantemente para unificar a Ibéria. Em consequência, a política francesa procurava impedir a unificação, interferindo nos assuntos peninsulares. Se, por acaso, a Espanha fosse forte, os franceses contra-atacariam aliando-se com qualquer um — árabes, otomanos, italianos ou portugueses — para desafiar Castela. Inversamente, esta buscava cercar a França, aliando-se com a Alemanha e a Inglaterra. Esse ponto foi marcado pelos reis católicos (1474-1516) e serviu como estrela guia da política espanhola até a ascensão da marinha inglesa, no século XVIII.

A Espanha é quase automaticamente inimiga da maior potência marítima. A menos que ela própria reine suprema nos mares, sua situação põe em perigo as Linhas Marítimas de Comunicação (SLOC) de qualquer outra nação marítima dominante. O maciço comércio mediterrâneo da Inglaterra passou durante séculos pelo estreito de Gibraltar. Embora a Grã-Bretanha se tenha apoderado da Rocha em 1704, a segurança das SLOC permanecia à mercê de um corte espanhol. Com a inau-



guração do canal de Suez em 1967, o Mediterrâneo passou a ser também a linha vital da Inglaterra para a Índia. Portanto, a Espanha estava destinada a confrontar-se de uma maneira geral com dois adversários constantes: a França e a potência naval preponderante. Inversamente, Portugal buscava a proteção deles.

Portugal buscava no exterior uma ajuda contra as pressões de Castela. A aliança anglo-portuguesa de 1386 era dirigida contra a Espanha. Essa longa *entente*, que durou até 1961, prefigurava a aliança informal entre o Brasil e os EUA que foi de 1902 a 1977. Aliados à Inglaterra, os portugueses abriram seu século de glórias tomando Ceuta, em 1415. A era terminou em 1521, com a circunavegação do globo. Tendo-se estendido demais, os portugueses foram superados pela Espanha. O receio do poder marítimo superior dos espanhóis, que podia cortar sua SLOC a uma rede de postos comerciais, bases e colônias na metade do mundo, forçou Portugal a manter-se em paz com Castela. O centralismo castelhano, sempre um perigo, dominou Portugal em 1580. Todos os inimigos da Espanha — Holanda, França e Inglaterra — passaram a ser também inimigos de Portugal. Essa combinação desgastou o poderio português na Ásia, na África e na América. Mas cuidou também de restaurar a independência portuguesa. Sem Portugal, a Espanha seria mais fraca. Além disso era o melhor porto entre o estreito de Gibraltar e o canal da Mancha. Quando Portugal recuperou sua independência em 1640, os lusitanos, com a intenção de preservar o que restava de suas possessões ultramarinas, aliaram-se com qualquer nação que controlasse o mar. Uma sucessão de potências navais dominantes encararam Lisboa, e também os Açores, não somente como um porto de escala, mas também como uma cabeça-de-praia peninsular em potencial que podia ser utilizada contra a retaguarda de Castela.

Dois programas nitidamente conflitantes haviam surgido na Península Ibérica. A política portuguesa era de inimizade com Castela e amizade com a principal potência naval, que não somente podia ajudar Portugal a manter sua independência ante as aspirações espanholas, mas também ajudaria Lisboa a conservar os elos com um império marítimo que ela era fraca demais para defender. Enquanto isso, Madri manobrava para juntar Portugal ao resto da península, defendia-se das forças navais hostis e buscava isolar a França através de alianças com a Grã-Bretanha e a Alemanha.

A situação da Alemanha na Europa Central era semelhante a da Rússia na Eurásia. Tanto suas fronteiras orientais, quanto as ocidentais achavam-se expostas. Predominavam as planícies ondulantes. Somente ao sul os Alpes levantavam um muro. As praias baixas do Báltico e a costa aberta no mar do Norte serviam também como avenidas para invasões vindas da Escandinávia. Portanto, o dilema da Alemanha era ainda maior do que o da Moscúvia, porque o Ártico gelado não seria, exceto raramente, uma rota de assalto. Faltando à Alemanha, da mesma forma que à Rússia, defesas naturais, ela serviu durante séculos de campo de treinamento para forças estrangeiras, incluindo os mongóis. A analogia com a Rússia prossegue no fato de que, dentro de um palco europeu menor, a Alemanha também buscava força e espaço. O mesmo que Moscou foi para a Rússia, a Prússia foi para a Alemanha.



Inicialmente, ambas olhavam para o oriente: uma, para a Sibéria, a outra, para as terras eslavas da Polónia, da Lituânia e mesmo da Rússia.

A *Drang nach Osten* da Alemanha começou com Carlos Magno (771-814). O avanço acelerou-se com a chegada dos Cavaleiros Teutônicos e a criação da Fraternidade da Espada de Livonius, no século XII. A Prússia, parte da Polónia e a faixa oriental do Báltico foram germanizadas. Outras incursões nas terras eslavas sofreram graves reverses nas batalhas de Lago Peipus (1242) e Tannenberg (1410), e os trabalhos da Ordem foram assumidos pelo Estado secular de Brandenburgo — Prússia, no século XVI.

Apanhada dentro da grande rede de morte lançada pelas guerras religiosas, a Alemanha foi dilacerada. A grande tragédia de Martinho Lutero foi a de que ele não teve nem êxito nem malogro completos. A Alemanha permaneceu dividida entre o sul católico e o norte protestante, e o avanço para o leste marcou tempo durante quase dois séculos. Enquanto isso, a França reinaugurava sua ofensiva para o leste. O cardeal Richelieu (1624-1642) conseguiu iniciar a centralização do Estado, dar um xeque-mate à Espanha, restaurar a influência da França na Itália, Alemanha e Holanda e até mesmo estender a presença francesa à Suécia. A derrocada da coligação dos monarcas católicos — Espanha, Alemanha e Inglaterra — permitiu o domínio francês na Europa durante três séculos.

A política francesa era dividir para governar. Luiz XIV (1643-1715) derrotou Castela e chegou a submeter a Espanha a uma posição quase de satélite que durou até o fim do século XVIII. Assegurada a fronteira meridional, os franceses lançaram-se para o leste. Jogando um principado contra o outro, os franceses impediram a unificação da Alemanha. A Prússia, seguindo política oposta, empregou tática semelhante que chegou ao apogeu sob Frederico, o Grande (1740-1786). Servindo-se da maravilhosa máquina militar do exército prussiano, Frederico lutou por espaço na Europa Central e buscou centralizar a confederação germânica sob seu comando. Seu êxito foi apenas parcial, pois em fins do século XVIII, outras forças entraram em jogo. No entanto, as políticas francesa e prussiana eram bem claras. Paris desejava enfraquecer a Espanha, ao sul, e dividir a Alemanha, ao leste. A Prússia foi campeã da centralização alemã e forjou uma esplêndida força de combate, utilizada para ganhar terreno, com finalidades ao mesmo tempo defensivas e ofensivas. Mas a Europa continuava sendo apenas uma península da Eurásia e dois povos extracontinentais, que personificariam um poderio, marítimo e terrestre, haviam entrado na arena: a Rússia e a Grã-Bretanha.

A Grã-Bretanha achava que nenhum Estado deveria predominar no continente.

Há duzentos e cinqüenta anos, pelo menos, o grande fundamento de nossa política externa, o que Sir Eyre Crowe chamou de "uma lei da natureza", tem sido impedir por qualquer meio em nosso poder o domínio da Europa por uma única potência ou grupos de potências. O princípio tem necessariamente o corolário de que apoiaremos as pequenas potências contra as grandes. Esse pronunciamento geopolítico baseava-se no fato de que as ilhas britânicas constituíam uma barreira per-



manentemente ancorada nas proximidades da costa ocidental da Eurásia. Exercendo pouco esforço naval, a Inglaterra poderia interditar as entradas e saídas do Báltico, do mar do Norte e do mar da Noruega. Com um esforço apenas um pouco maior, a baía de Biscaia e o resto da costa ocidental da França também poderiam ser controlados. E, com a captura de Gibraltar e, eventualmente, de Malta (1799), o Mediterrâneo poderia ser dominado. A Europa estava quase totalmente cercada por navios, ao sul, ao oeste e ao norte. E esses navios tinham uma mobilidade que nenhum exército conseguiria igualar. Enquanto a Marinha Real tivesse a supremacia, a Europa Ocidental poderia ser estrangulada. Por isso, os britânicos procuraram manter uma superioridade numérica em vasos de guerra maior do que qualquer combinação continental possível de ser levantada contra eles. Se a frota britânica fosse derrotada, não somente as linhas vitais para as colônias seriam cortadas, mas também a própria metrópole terminaria submetida pela fome. A Inglaterra precisava exportar manufaturas e importar alimentos, senão morreria.

As palavras de ordem da Inglaterra eram a supremacia do mar e o equilíbrio do poder no continente europeu. A frota era o serviço mais importante, e o pequeno exército profissional estava relegado ao papel de força marinha de desembarque, que poderia ser transportada por navios e aplicada a pontos críticos para ajudar os aliados continentais a manterem o equilíbrio do poder. Essa estratégia atendeu bem os interesses ingleses durante mais de dois séculos. Com raras exceções (1776-1783), a supremacia no mar permitiu que a Grã-Bretanha bloqueasse o continente europeu e apanhasse as possessões ultramarinas de outras nações européias, porque, com as rotas marítimas fechadas, essas nações viam-se obrigadas a abandonar suas colônias a seus próprios recursos limitados. Mas foi somente depois das guerras napoleônicas (1789-1815) que a Inglaterra pôde impor uma supremacia que não foi desafiada durante mais de um século.

Trafalgar (1805) resolveu a questão da supremacia marítima por um século. A batalha quebrou a espinha dorsal, ao mesmo tempo, das frotas espanhola e francesa e elas nunca mais se recuperaram. Britânia governava as ondas. A Inglaterra estava convencida de que nação alguma jamais poderia ter um grande exército e uma armada poderosa, ao mesmo tempo: somente a Espanha, entre 1525 (batalha de Pávia) e 1643 (Rocroi), chegou a conseguir essa dupla mobilização. Por isso, os britânicos concentraram-se na marinha. Mas o bloqueio da Europa era meramente semicircular: sul, oeste e norte. Havia uma saída ao leste: a Rússia.

Napoleão marchou sobre Moscou em 1812. Em certo sentido, a campanha da Rússia foi uma continuação da *Drang nach Osten* dos francos de Carlos Magno, porque a maioria das tropas imperiais era composta de alemães e austríacos. A doutrina russa de defesa através da força militar e do espaço de sobra mais uma vez revelou-se bem sucedida. Em 1815, Londres e Moscou emergiram como os árbitros da Europa. A balança interna do poder havia sido restaurada. A França, a Áustria e a Prússia estavam equilibradas. A Grã-Bretanha e a Rússia permaneciam essencialmente de fora. Mas o czar, utilizando-se das linhas internas de comunicação, atingiu os bordos da Eurásia, pondo em perigo o império econômico dos britânicos ao longo da meia-lua costeira — a China, a Índia, a Pérsia e o Império Otomano que, com os



Dardanelos, detinha a chave do mar Negro para as águas quentes do Mediterrâneo. A Inglaterra começou a entender que a Eurásia era uma ilha e que, da mesma forma que o poderio marítimo europeu havia contornado o flanco do poder terrestre asiático no século XV, a introdução das ferrovias no interior da Ásia Central poderia inverter a situação estratégica. Além disso, a Rússia era, ao mesmo tempo, uma potência asiática e europeia, estendendo-se de oceano a oceano, do Pacífico ao Atlântico. Portanto, fazia-se necessário não somente um equilíbrio europeu, mas também o da Eurásia. A Grã-Bretanha, aspirando a contrabalançar tanto a Rússia quanto a França — esta última estava construindo o seu império ultramarino na Indochina e na África — passou, na Ásia Oriental, a ajudar o Japão a modernizar-se e, na Europa Central, a estimular a unificação da Alemanha. O Japão colocaria em xeque as ambições czaristas no leste, enquanto a Alemanha bloquearia a Rússia e equilibraria a França, no oeste.

Otto von Bismarck (1862-1890) aliou a Alemanha à Áustria contra a Rússia, em 1879. Mas o chanceler de ferro advogava também "crescente amizade com a Rússia" e negou-se resolutamente a fazer o jogo colonial. Concomitantemente com sua demissão em 1890 pelo jovem *Kaiser* Guilherme II (1888-1918), Alfred Thayer Mahan publicou *A influência do poder marítimo na história*. Essa obra, que marcou época e que analisava e descrevia os assuntos marítimos dando-lhes uma importância decisiva para os movimentos militares, econômicos e políticos, foi logo traduzida para o japonês, o francês e o alemão. Impressionado, Guilherme II começou a construir uma frota de alto mar, deu início a um programa colonial ultramarino e passou a evidenciar crescente hostilidade em relação à Rússia.

O czar começou sua modernização em inícios da década de 1890. A indústria pesada, a exploração do petróleo e a construção de ferrovias estavam na ordem do dia. A construção da estrada de ferro transiberiana começou em 1891, atingindo Vladivostok, no mar do Japão, em 1903. Suas extensões iam rumo ao sul, através da Manchúria, até Port Arthur (Dairem), no mar Amarelo, livre do gelo. A Rússia, estimulada pela Alemanha a afastar-se do mar Negro e dos Balcãs, havia chegado às águas quentes do Pacífico Ocidental. Os moscovitas podiam então passar do Báltico ao mar Amarelo sem permissão da marinha inglesa. As rotas marítimas em torno da Eurásia haviam sido contornadas pelas linhas terrestres que atravessavam o continente.

No mesmo ano em que as ferrovias russas chegavam ao Pacífico Ocidental, Halford Mackinder publicou o seu *Pivô geográfico da história*. Postulando a tese de que a Eurásia era a Ilha Mundial que, se coberta por comunicações, povoada, desenvolvida e organizada, poderia desafiar as meias-luas costeiras circundantes e os países insulares, assim como também os continentes menores ligados pelo mar da Austrália, África e Américas, Mackinder propunha essencialmente um sistema de justaposição do poderio terrestre e do marítimo, e seu conceito serviu de base desde 1904 à estratégia anglo-americana, e mesmo da doutrina de contenção posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Contudo, a Grã-Bretanha já havia começado a conter a Rússia czarista no Extremo Oriente com a aliança anglo-japonesa de 1902.



O Japão ocupa na Ásia Oriental uma posição equivalente à da Inglaterra na Europa Ocidental. Ambos os países estão cercados por um fosso, ambos receberam suas culturas do continente, ambos foram conquistados pelo continente, têm área terrestre limitada, padecem de falta de energia e de minerais, são superpovoados e vêem-se obrigados a exportar gente e produtos. Em consequência, ambos têm de voltar-se para o mar e a tecnologia, a fim de sobreviverem. Mas o Japão, apesar de séculos de vida marítima, ao contrário da Inglaterra, virou as costas ao oceano e impôs a si próprio um isolamento de 1636 a 1854. Depois de abrir-se às influências ocidentais, e no intuito de sobreviver, o Japão modernizou-se, militarizou-se e industrializou-se rapidamente e, sob orientação dos britânicos, reorganizou a Marinha Imperial (1873). Entre as escolhas de permanecer um cliente das potências européias, aceitar a extinção ante a China futura que despertava, ou tentar lutar por seu lugar ao sol, o Japão preferiu a última opção.

Seus primeiros alvos foram a Coreia e Formosa (Taiwan). A aquisição da Coreia era de importância crítica, porque aquela península aponta como uma plataforma de lançamento para o coração das ilhas nipônicas. De modo geral, a nação que dominar a Coreia, seja ela a China, a Rússia ou os EUA, exerce extraordinária influência sobre o Japão. Formosa estava a cavaleiro das rotas marítimas do sul, bloqueando o caminho para o mar do sul da China e encontrava-se em posição, junto com as ilhas metropolitanas do Japão, de selar, se fosse necessário, quase toda a fronteira marítima da China no Pacífico. O interesse do Japão pela Coreia e por Formosa, colocou-o em conflito com a Rússia e a China. Em 1905, ambos já estavam derrotados, e tanto a península, quanto a ilha içavam a bandeira do sol nascente.

O caminho do Japão para o império estava a oeste e ao sul. Eram necessários alimentos, minerais e energia (carvão e petróleo) para alimentar a população que crescia e a expansão industrial. A Manchúria oferecia *Lebensraum* e recursos. A China, densamente povoada e permeada de uma cultura própria, poderia ser ocupada, mas talvez nunca conquistada. Mas, livre ou satelitizada, era um mercado para as manufaturas nipônicas. As Filipinas, por mais atraentes que fossem, localizadas à beira do mar do sul da China, trariam ao Japão um confronto imediato com outra grande potência do Pacífico, os EUA; o sudeste da Ásia e a Indonésia, sob o controle colonial da França e da Holanda, no começo do século, representavam uma possibilidade melhor. A Rússia que, ao contrário da China, tinha inclinações imperiais próprias, tendia por isso a ser o inimigo constante. O czar e o mikado cobiçavam o mesmo território na Coreia, Manchúria e no leste da Sibéria. Depois, enquanto os anglo-americanos esposam a visão mundial de Mackinder, segundo a qual o Japão e a Alemanha nos bordos, respectivamente, oriental e ocidental da Eurásia, eram tidos como barreiras à expansão russa, o Japão poderia contar com o apoio da Inglaterra, onde estadistas, como Joseph Chamberlain (1836-1914), insistiam consistentemente num Império Britânico unido e numa aliança mundial de povos marítimos — Inglaterra, Alemanha, EUA e Japão.

Este, agindo sob a cobertura dos conceitos de Mackinder, partia para um império ultramarino. A localização das ilhas metropolitanas indicava o seguinte: do-



mínio ou ocupação da Coreia e de Taiwan; aquisição ou subjugação da Manchúria e da Sibéria Oriental; satelitização ou penetração econômica do sudoeste da Ásia e da Indonésia; e exploração da China ou cooperação com ela, a fim de fortalecer os dois países numa aliança contra a Rússia. Esta continuava sendo o inimigo. Mas, em início da década de 1900, a Alemanha não somente começou a desafiar a Grã-Bretanha na África e nos Altos mares, como também passou a contemplar um império oriental.

A tese de Mackinder apoiava-se no seguinte refrão:

“Quem domina a Europa Oriental, domina a Heartland.

Quem domina a Heartland, domina a Ilha Mundial.

Quem domina a Ilha Mundial, domina o Mundo.”

E a Alemanha, como está exemplificado no plano de Otto Tannenburg, de 1912, começou a ter como alvo a Europa Oriental, a Ucrânia e as províncias bálticas. Além disso, o *Kaiser* começou a avançar através dos Balcãs, rumo à Turquia e ao golfo Pérsico. O plano da ferrovia Berlim—Bagdá, se tivesse sido completado, seria um atalho do canal de Suez, controlado pelos britânicos e contornaria os flancos da marinha britânica no Mediterrâneo e no oceano Índico. Essas atividades nos Balcãs e no Império Otomano também contrariavam as aspirações russas, ao mesmo tempo em que o programa naval germânico, junto com a penetração econômica dos mercados britânicos, enfurecia os ingleses.

A Primeira Guerra Mundial foi a grande aberração da política européia. Das oito grandes potências que entraram na guerra — Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Japão, EUA, Áustria e o Império Otomano — duas ficariam completamente destruídas. Buscando objetivos essencialmente limitados, essas nações consumiram-se numa conflagração da qual todos os europeus, vencedores e vencidos, arruinaram-se. A França desejava reocupar a Alsácia-Lorena. O kaiser, ansiando ao mesmo tempo pelo império oriental e a expansão ultramarina, indignou a todos. O multinacional Império Austríaco aspirava a deslocar-se para o sul, rumo aos Balcãs eslavos. O czar queria os Dardanelos. O Japão procurava expandir sua influência no Pacífico. A Inglaterra, sentindo aproximar-se o desastre, hesitava. Mas os compromissos anteriores a 1914, junto com a invasão da Bélgica pela Alemanha — Londres sempre havia sido contra a ocupação dos Países Baixos por qualquer potência continental — levaram a Grã-Bretanha à luta.

A Inglaterra cometeu quatro erros capitais durante a Primeira Guerra Mundial. Em vez de concentrar-se na mobilização marítima e no poder naval, os britânicos puseram em campo um grande exército terrestre, em Flandres, território escolhido pelo inimigo, perdendo a flor de sua juventude e arruinando suas finanças. A Inglaterra abandonou o Extremo Oriente para o Japão, que, já tendo humilhado um exército europeu na guerra russo-japonesa (1904-1905), passou a ocupar os postos avançados dos alemães na China e no Pacífico Central, estimulando mais ainda os povos coloniais subjulgados a rebelarem-se contra os seus senhores europeus. A consciência colonial foi despertada ainda pelo fato de que os ingleses abraçaram as aspirações nacionais das minorias dos impérios austríaco e otomano. Essa arma de guer-



ra dos aliados contra as potências centrais, combinada ao encorajamento das ambições japonesas, revelar-se-ia eventualmente o azar dos europeus que venceram em 1918, pois inflamaria o mundo com as guerras de libertação nacional. Esquecendo ainda mais seus interesses a longo prazo, os britânicos, depois de não terem conseguido forçar os Dardanelos, concederam o estreito aos russos, pelo Tratado de Londres (1916) — e somente a revolução bolchevista salvou-os das conseqüências dessa loucura. E, por último, esquecendo seus próprios princípios de equilíbrio do poder, os ingleses insistiram numa paz punitiva, apesar das ofertas de mediação, que desmembraria a Áustria e desestabilizaria a Alemanha do pós-guerra, eliminando assim, temporariamente, os entraves à expansão dos russos. O mundo havia enlouquecido. A velha ordem ruiu, e a Inglaterra, buscando refazer o equilíbrio, não somente ofereceu aos russos o acesso ao Mediterrâneo, como também convocou o Novo Mundo para salvar o Velho.

Os EUA entraram na guerra em abril de 1917. Geopoliticamente, a medida foi provavelmente motivada pela iminente ocupação da Europa Oriental e da Rússia Branca pelo exército alemão. Pois se havia povo capaz de organizar e explorar a *Heartland* da tese de Mackinder, esse seria o alemão, que teria o talento e a força de vontade para tarefa tão monumental. Os norte-americanos, além de sua afinidade filosófica com os britânicos, também tinham a sua visão de império.

Até 1898, os objetivos norte-americanos eram limitados em ambas as costas por fossos oceânicos, ao sul por extensões ilimitadas de desertos e ao norte por florestas e pradarias quase vazias, os primeiros norte-americanos concentraram-se inicialmente no esforço de continuar suas pretensões ao espaço vazio. A aquisição das terras desocupadas para futuro povoamento e desenvolvimento era primordial. Os fundadores da nação norte-americana, produtos do racionalismo do século XVIII, acreditavam que o ambiente natural de um continente vazio permitiria que a suposta bondade inata da humanidade se desenvolvesse e que o país prosperaria. Foi estabelecido um sistema escolar para ensinar e doutrinar imigrantes e norte-americanos nos princípios do Iluminismo e do nacionalismo norte-americano. Esse conceito induziu os norte-americanos a buscar espaço e não a conquistar populações existentes que seriam difíceis de socializar. Essa atitude está refletida no fracasso do movimento de Todo o México, de 1846-1848, e no desinteresse em anexar Cuba depois da guerra hispano-norte-americana (1898). Em política exterior, esse idealismo sobre a bondade do homem e a crença de que seria possível socializar Estados fora da lei como se fossem indivíduos criminosos, mudando o ambiente e dando-lhes um sentimento de segurança, levou ao apaziguamento e à perda do sentido de realidade estratégica. O apogeu desse idealismo mal orientado evidencia-se nos atuais esforços do Departamento de Estado para socializar os soviéticos. Essa falha quase fatal dos costumes norte-americanos passou a ter relevância depois de 1898, quando os EUA ingressaram na arena internacional. O esforço inicial dos norte-americanos dirigiu-se ao "destino manifesto" de reclamar espaço na América do Norte e estabelecer um império comercial no Caribe.

A experiência norte-americana seria encetada no laboratório sanitário de um território virgem. Por conseguinte, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, Henry



Clay e John Quincy Adams, todos eles filhos do Esclarecimento, formularam uma política destinada a estabelecer uma nação transcontinental que exercesse hegemonia na América do Norte, eliminando as influências européias, o que permitiria ao país controlar o Caribe e, a partir daí, engajar-se na penetração comercial da América Latina. No prazo de pouco mais de um século, todas essas metas já haviam sido alcançadas. Em 1825, os impérios americanos da França e da Espanha já estavam praticamente desintegrados, e os norte-americanos, junto com os brasileiros, começaram a ocupar os lugares ainda não povoados. Em 1867, a Rússia foi eliminada da América pela compra do Alasca. Dois anos mais tarde, depois de terminada a ferrovia transcontinental, a marinha britânica foi primeiro contornada pelos flancos e depois, em 1898, eliminada como perigo pela aquisição de bases em Cuba e Porto Rico, no Caribe, e das ilhas do Havai, no Pacífico Central. Enquanto isso, entre 1867 e 1898, os EUA, ajudados pelo fato de que eram o primeiro mercado comum continental, com uma vasta área para explorar, sob o seu controle direto, emergiram como um gigante industrial. Inspirados por Mahan e liderados por Theodore Roosevelt (1901-1909), os EUA chegaram então ao Caribe, construíram um canal através do istmo e, com sua nova marinha, investiram pelo Pacífico até as Filipinas.

A ocupação das Filipinas inaugurou uma nova era e um duplo dilema; o arquipélago podia ser considerado um refém contra um Japão potencialmente hostil, e portanto uma desvantagem, ou como uma base avançada para a expansão oriental e, portanto, uma vantagem. De qualquer forma, as ilhas eram povoadas por um povo de cultura e raça diferentes que somente poderia ser assimilado com dificuldade. Atribulado com pressões políticas internas — a política local, regional e nacional nos EUA geralmente tem precedência sobre os interesses de política externa — e dividido quanto às opiniões sobre estratégia internacional, o avanço dos EUA pelo Pacífico marcaria tempo durante quase 40 anos. Nesse entretempo, prosseguiram os esforços no Caribe e no Atlântico.

O mar fechado do Caribe transformou-se num lago norte-americano. O Mediterrâneo do Novo Mundo e o Canal do Panamá eram de importância decisiva para os EUA. Não somente a maior via fluvial do país, o Missouri-Mississipi deságua nesse mar fechado, mas nele também é transportado o grosso da carga mercantil entre as duas costas. A vantagem econômica sobre a passagem do cabo Horn ficou ainda mais acentuada pela facilidade que deu à frota norte-americana para transferir navios de um oceano ao outro. As bases em Cuba, Porto Rico e, eventualmente, nas ilhas Virgens, foram estabelecidas mais para defender o canal transistmico, que não fora ainda construído, do que para controlar o Caribe. Conseqüentemente, os interesses estratégicos dos EUA tenderam a encerrar-se na *terra firma*, enquanto o resto da América do Sul era relegado às principais potências regionais, a Argentina e o Brasil. A importância do Caribe como meio de comunicação entre as costas do Atlântico e do Pacífico e como rota para a penetração comercial da América Latina não pode ser negada. No entanto, a atração do Pacífico era maior do que o chamado do Caribe e o do Pacífico.

Os EUA viraram-se para o Atlântico. Considerações comerciais, culturais e militares, junto com a tese wilsoniana — mais uma vez um erro quase fatal do idea-



lismo do Esclarecimento — de que a missão dos EUA era a de tornar o mundo seguro para a democracia, provocaram a intervenção norte-americana na Primeira Guerra Mundial. Os EUA, que até então haviam sido os campeões do antiimperialismo, aliam-se às principais potências coloniais — Inglaterra, França e Rússia. Somente o temor de que os alemães dominassem a Europa Oriental, o medo da perda financeira se os aliados fossem derrotados, e a aspiração a substituir a Grã-Bretanha, econômica e comercialmente, senão colonialmente, como a principal potência marítima do mundo, poderiam justificar a entrada dos norte-americanos no conflito. Os EUA queriam levantar uma Heartland no Novo Mundo, para desafiar o Velho.

A declaração de guerra dos EUA, em 6 de abril de 1917, coincidiu com a queda da Rússia. Os democratas sociais, sob Alexandre Kerensky, que tentavam continuar na guerra para não perder o estreito dos Dardanelos, não puderam conter o desbaratamento do exército russo. Empurrando para um lado o governo provisório, os bolchevistas tomaram Petrogrado e pediram a paz.

Os povos submetidos das franjas do império russo, na Transcaucásia, Bessarábia, Ucrânia, no Báltico e na Finlândia, ajudados pelos alemães e, depois, pela intervenção dos aliados, desligaram-se e declararam sua independência. A confirmação veio com o tratado de Brest-Litovsk (1918). A Alemanha governava a Europa Oriental. Mas, na frente ocidental, as novas tropas norte-americanas haviam chegado e, em novembro de 1918, as potências centrais caíram. Relutantemente, o exército alemão retirou-se do leste.

A Rússia bolchevista e a Alemanha socialista eram párias internacionais. Os dois párias juntaram-se em Rapallo, em 1922. Quer fossem comunistas ou socialistas, russos e alemães seguiram as pegadas de seus antepassados. Os soviéticos anexaram Tanu Tuva, estabeleceram um satélite na Mongólia Exterior, na Ásia Central, e reincorporaram a Transcaucásia e a Ucrânia. A Alemanha também manteve a *Freikorps* em campo, depois do armistício, para expulsar os poloneses e assegurar a continuação da existência das repúblicas bálticas e da Finlândia.

O nacionalismo triunfou com a ascensão de Joseph Stalin e Adolf Hitler (1935-1945). Stalin almejava restaurar o império russo. Hitler, atraído pelos conceitos geopolíticos do general Karl Haushofer, sonhava em ganhar o leste eslavo. A ocupação da Europa Oriental e da Rússia européia coincidia com as teorias de Hitler sobre a superioridade racial. Os subumanos eslavos seriam eliminados ou escravizados e a raça superior alemã governaria. Neste ponto, ele rompeu com Haushofer, que preferia a cooperação com a Rússia, e não sua conquista. E, na verdade, os dois inimigos ideológicos, comunismo e nazismo, continuaram trabalhando juntos, renovando o pacto de Rapallo, mesmo depois de 1933. Contudo, em dois pontos, Hitler e Haushofer concordavam: que a Igreja Católica Romana e o Império Britânico deviam ser preservados em benefício da estabilidade global. A Alemanha governaria a Europa Oriental e a Ilha Mundial; a Inglaterra, as zonas coloniais de além-mar. Mais uma vez, a justaposição do poder naval e do poder terrestre.

Stalin discordou. Encarando os nazistas como a encarnação da *Drang nach Osten*, procurou cercar a Alemanha fazendo alianças com a Grã-Bretanha, a França



e a Checoslováquia. Frustrado em seus esforços para colaborar com os aliados, ocidentais, Stalin procurou Hitler.

A Segunda Guerra Mundial irrompeu em setembro de 1939. Essencialmente uma continuação do primeiro conflito, o segundo também formaria a base da Terceira Guerra Mundial. O malogro dos britânicos em preservar o equilíbrio do poder na Europa, apoiando a Itália fascista contra a Alemanha nazista ou respondendo às propostas dos russos, provavelmente porque o grupo *clivden* esperava que Hitler se voltasse para o leste — mas não muito —, precipitaram o conflito.

O pacto russo-alemão de não-agressão de 23 de agosto de 1939 preparou a cena. Com uma penada, Stalin recuperou quase tudo que havia perdido em Brest-Litovsk. Hitler tornou-se supremo na Europa Central. Livre para atacar a França, o *Führer* rumou para o oeste. Paris caiu no ano seguinte. Hitler, um interiorano do continente, não aproveitou a oportunidade de cortar as rotas marítimas britânicas em Suez, e virou-se novamente para o leste. Derrotados numa campanha feroz de quatro anos (1941-1945) para subjugar os eslavos, os alemães foram empurrados de volta à linha Oder-Neisse. Mil anos de conquistas germânicas foram praticamente eliminados. A Rússia soviética governava a Europa Oriental e o interior da Ásia. A seguir, os mongóis rumariam para o mar.

A luta fratricida dos povos marítimos das meias-luas de dentro e de fora chegaram a um clímax entre 1939 e 1945. Pois a Segunda Guerra Mundial cobriu três conflitos diferentes. Um era a guerra colonial entre as potências que tinham colônias, como a Inglaterra e a França, e as que não tinham, como a Alemanha e a Itália. O segundo conflito foi entre a Rússia comunista e a Europa Ocidental; e o terceiro, o combate entre o Japão e os EUA pela posse do Pacífico.

*Die Geopolitik des Pazifischen Ozeans*, de Karl Haushofer, atraiu atenção imediata quando de sua publicação em 1924. Logo traduzido ao russo e ao japonês, tornou-se a base do plano Tanaka, de 1927, que sistematizou a expansão japonesa. Proclamando "A Ásia para os Asiáticos", e estabelecendo a Esfera Maior de Prosperidade da Ásia Oriental, o Japão ocuparia, nos próximos 15 anos, a Manchúria, invadiria a China e intrometer-se-ia nas Filipinas, Indonésia e sudeste da Ásia. Esse desafio levou os EUA, já extra-oficialmente beligerantes por causa dos esforços alemães para ocupar a Europa Oriental e da ameaça submarina às rotas marítimas na batalha da Grã-Bretanha, a entrar na guerra.

Os EUA declararam guerra ao Eixo logo depois do ataque japonês a Pearl Harbor. Os demais povos marítimos do hemisfério ocidental, na América Latina, aderiram. O Brasil, em particular, que já havia participado ativamente da Primeira Guerra Mundial, enviando uma flotilha naval para patrulhar as rotas do sul do Atlântico, em 1918, juntou-se à peleja em 1942. Os brasileiros, leais aliados dos EUA desde os tempos do Barão do Rio Branco, no Ministério do Exterior (1902-1912), não somente enviaram uma força expedicionária para lutar na Itália, mas também repetiram a façanha de 1918, ajudando na cobertura do cabo da Boa Esperança e patrulhando as rotas entre Natal e Dakar, no sul do Atlântico.



A atração da África e do sul do Atlântico é um tema constante da história brasileira. A América do Sul, cercada por três mares — o Atlântico, o Pacífico e o Caribe, equilibrada por três altiplanos — o Andino, o brasileiro e o Guiano, e atravessada por três rios — o da Prata, o Amazonas e o Orenoco, inclina-se para o Atlântico. O Brasil avança para o leste em direção ao noroeste da África como um gigantesco balão, estrangulando o Atlântico em seu ponto mais estreito, entre Natal e Dakar. Para o oeste, eleva-se a muralha dos Andes, quase eliminando o acesso ao Pacífico. Para o sul e para o norte, o Brasil acha-se quase cercado pelas linhas aquáticas das bacias fluviais do Paraná-Paraguai e do Amazonas-Maranhão. A água, tanto fluvial, quanto marinha, teria de influenciar o país.

Herdeiros dos marítimos portugueses, os brasileiros agarraram-se às costas durante séculos. Algumas colunas, no entanto, marcharam para o oeste. Entrando para o interior segundo duas grandes alas que partiam de São Paulo e de Belém do Pará, os bandeirantes e os caboclos convergiram para o Chaco, o local da prata de Potosi e dos desfiladeiros para o Pacífico. No entanto, apesar dessas expedições, o Brasil continuou sendo um arquipélago.

Uma ponte de navios uniu o Brasil. Como parte do império marítimo português, os elos do Brasil com Lisboa dependiam da aliança anglo-portuguesa e da marinha britânica. Na época da independência, predominavam os interesses econômicos britânicos. Mas, como os ingleses sentiam-se seguros, evitou-se a balcanização do país. Na América Espanhola, a Inglaterra seguiu a política de dividir para conquistar, a fim de facilitar a penetração comercial. Em consequência, a América Portuguesa permaneceu unida, enquanto a Espanhola fragmentou-se. Mas, embora politicamente uno, o Brasil era uma série de ilhas isoladas, dependentes das rotas costeiras e fluviais, até a construção de um sistema integrado de ferrovias e rodovias. A continentalização somente começou depois da construção de Brasília, em 1959. Por isso, o Brasil, durante longo tempo enfeitado pelo mar e pelos rios, esforçou-se para ganhar as entradas do rio da Prata e do rio-mar, a fim de abrir comunicações com o *hinterland*. No sul, essa tentativa levou o Brasil a um conflito com a Argentina.

A Argentina aspirava a dominar a bacia do Rio da Prata. Sua ambição de estender-se para o norte foi em parte frustrada por sua posição peninsular, pois as linhas modernas de comunicação tendem a correr de leste para oeste, através dos continentes. A Argentina também encontrou dificuldade para superar a divisão entre oceano e pampa, entre portenho e província. A tensão gerada pela marcha da Argentina para o norte e a do Brasil para o oeste, está, contudo, diminuindo. O interesse mútuo, ajudado pela inovação tecnológica, pela necessidade de energia e pela percepção de um perigo comunista em comum, passaram, desde 1976, a atenuar o confronto. A América Hispânica está começando a entender que a tendência do século XX é para a confederação continental.

Espaço é poder. Tanto a Rússia soviética quanto os EUA são de tamanho quase continental. Ambos vão de oceano a oceano, do Atlântico ao Pacífico. Mesmo a Comunidade Econômica Européia tende à unificação. Para sobreviver às pressões de outras potências, a América do Sul deverá um dia continentalizar-se. Quanto



maior for uma associação econômica ou política, maior a quantidade de recursos naturais que terá à sua disposição. Além disso, uma população maior facilitaria a expansão da indústria e produção em massa, a preços competitivos. Produção em massa significa consumo em massa, o que, por sua vez, significa que a população deve ter poder aquisitivo. A vasta extensão da América do Sul, sua relação favorável homem/terra — não demais, nem de menos — e seu mercado de massa potencial oferecem uma área ideal para a integração econômica continental. E isso pode ser alcançado se a Argentina e o Brasil colaborarem na bacia do Rio da Prata.

Para o oeste e para o norte, os Andes e o Amazonas ao mesmo tempo abraçam e limitam o Brasil. Embora a cordilheira prive o Brasil de uma passagem fácil para o Pacífico, nela também formam-se as fontes do rio-mar, pois os rios correm rumo ao norte e ao leste através de *canyons* que alimentam aquele rio-mar. Portanto, os dois são complementares, e as nações dos Andes e do Amazonas — Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Brasil — participam de um destino comum. Um futuro que foi tornado mais próximo em outubro e novembro de 1979, quando o presidente peruano, Francisco Morales Bermudez visitou Brasília, e o presidente João Baptista Figueiredo, do Brasil, visitou seu colega, Luiz Herrera Campins, em Caracas, ligando assim os pactos Andino e Amazônico.

A ampla bacia do rio-mar quase toca o Mediterrâneo do Novo Mundo. As rotas fluviais correm para o norte através do complexo rio Negro-Caciquiare-Orenoco, até o mar fechado. Cercado por *terra firme* e as praias da América Central ao sul e ao oeste, ancorado pelas Antilhas, ao centro, e rodeado de ilhas ao leste, o Caribe liga as Américas e funciona como um nexo do Novo Mundo. Há muito um lago norte-americano, o Caribe transformou-se gradualmente, desde 1959, num mar socialista.

O controle norte-americano do Caribe era corolário da aliança Brasil-EUA. A posição da América Portuguesa, junto com a herança histórica do Brasil, postulava o seguinte: um forte interesse na segurança do sul do Atlântico, a fim de manter comunicações com a Europa, a América do Norte, a África e o oceano Índico; um Atlântico aberto, posto que um semicírculo de Estados possivelmente hostis de língua espanhola estende-se para o sul, o oeste e o norte; um espaço maior na América do Sul para servir de zona de amortecimento entre o Brasil e os hispano-americanos, numericamente superiores; a garantia das comunicações marítimas e fluviais com as fronteiras distantes, através do rio da Prata e do Amazonas; o acesso ao Pacífico — o mar do futuro, segundo Haushofer, posto que a orla da bacia do Pacífico, que inclui o oceano Índico, contém 70% da população mundial e cerca de 70% dos recursos inexplorados do mundo — via cabo da Boa Esperança, o canal transistmico do Caribe, ou através do maciço andino; o estabelecimento de uma rede interna de comunicações que suplementaria os sistemas marítimos e fluviais; e a colonização da área vazia entre a costa e a fronteira oeste. Todos esses pontos dependiam, em parte, da amizade com a principal nação marítima e comercial, a Grã-Bretanha ou os EUA, porque o Brasil necessitava de linhas marítimas seguras de comunicação, estabilizada econômica e política global para desenvolver-se e infusões maciças de capital e



tecnologia para modernizar-se. Além disso, os luso-brasileiros tiveram sua própria visão de um "destino" que foi anterior a dos fundadores da nação norte-americana.

O Pe. Antonio Vieira publicou *O quinto império do mundo* em 1658. Essa obra profética reclamava uma nova ordem mundial orientada por um reino cristão, liderado por um novo povo escolhido. O quinto império mundial traria paz e justiça a um mundo multirracial, superando as forças do mal e o caos através dos princípios cristãos. Daí porque o Brasil, por motivos estratégicos, econômicos, ideológicos e teológicos, aliar-se-ia ao Ocidente em três guerras mundiais.

Os EUA saíram de sua fortaleza americana para combater na Segunda Guerra Mundial. Amargurados com as maquinações das grandes potências em Versalhes, em 1919, os EUA retiraram-se para a sua América do Norte, protegida pelo Atlântico e o Pacífico. O isolamento, o desarmamento e a autarquia foram a regra durante quase dois decênios. O choque de Pearl Harbour eletrizou a nação. Quatro anos de combate forçaram os EUA, arsenal da democracia, a saquear um continente para sustentar o esforço de guerra. Os EUA passaram a depender cada vez mais de fontes ultramarinas de minérios e petróleo, ao mesmo tempo em que a destruição da Europa obrigava os norte-americanos a ajudar, comerciar e proteger. Das sete grandes potências que entraram na peleja — Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão, URSS e EUA — restavam apenas duas, em 1945.

O mundo bipolarizou-se. O urso russo abraçava metade do mundo, do Yalu ao Elba, enquanto as asas da águia norte-americana protegiam o outro hemisfério. Pousada na plataforma da América do Norte, a águia escudava os povos das orlas ocidental e oriental da Eurásia. Estava também preparada para atacar por cima do polo o urso soviético. A ciência havia revolucionado a estratégia.

As inovações tecnológicas do poder aéreo e das armas atômicas inauguraram uma nova era na guerra. O poder aéreo, especialmente para os seguidores entusiásticos da doutrina de Giulio Douhet da vitória pela destruição transportada através do ar, parecia algo supremo. O *Heartland* da Eurásia, imune ao ataque marítimo, estava aberto ao assalto aéreo de todos os lados. Mahan, Mackinder e Haushofer pareciam superados. A arte da geopolítica, junto com a projeção de mapa de Mercator, pareciam coisas do passado.

Predominava a visão polar. O general Carl Spatz, da Força Aérea dos EUA, projetou uma ofensiva por cima do Polo Norte, contra a URSS, ataque tornado ainda mais destrutivo por causa do armamento nuclear. A força aérea e as bombas atômicas haviam acabado com o Japão, empurrando a fronteira norte-americana no Pacífico até a beira da Ásia Oriental. O Pacífico e o Atlântico eram lagos norte-americanos. A responsabilidade pelas vias marítimas do mundo estava com a marinha dos EUA. A Europa encontrava-se prostrada, seus impérios coloniais ruínas. Os EUA, armados e intactos, preparavam-se para o seu século de supremacia. Mas a outra superpotência sobrevivente, a URSS, também tinha as suas aspirações nacionais e ideológicas. Os EUA buscaram restringir as ambições soviéticas através da doutrina da contenção de George Kennan.



Seguros de sua superioridade aérea, econômica, industrial, naval e tecnológica, os anglo-americanos e os povos marítimos seus parceiros procuraram atualizar a tese de Mackinder e cercaram a União Soviética com uma série de alianças interligadas que passavam pelo *rimland* ou crescente interna da Eurásia — SEATO, CENTO e NATO. A contenção também incluía o conceito de Mackinder do crescente externo ou insular, que foi incorporado ao sistema de alianças pelo ANZUS e o Tratado do Rio de Janeiro. Portanto, durante a fase da guerra fria da Terceira Guerra Mundial, a URSS e seus satélites, embora poderosos, estavam trancados entre as alianças circundantes e o oceano Ártico. Fora do escudo com que envolvia a URSS e a República Popular da China (RPC), os EUA buscaram promover o progresso político, estimulando a descolonização e a democracia liberal, ao mesmo tempo em que geravam avanço econômico, propiciando o comércio livre e o capitalismo privado nos crescentes tanto interno quanto insular. Contudo, posto que os EUA renunciaram unilateralmente a um primeiro ataque aéreo com armas nucleares contra a União Soviética, a contenção reteve o conceito básico da tese de Mackinder: o poder terrestre *versus* o poder marítimo.

A contenção era essencialmente defensiva. Não assumindo a iniciativa, os norte-americanos esperavam induzir um senso de segurança nos soviéticos que, por sua vez, produziria padrões de comportamento aceitáveis nas relações da Rússia com a comunidade internacional. Essa aspiração dos responsáveis pela política norte-americana indica uma falta de visão histórica do passado russo e também o malogro em compreender que a União Soviética é um império ideológico. Os impérios, como o soviético e o espanhol, não podem tolerar a contestação interna, posto que um ataque à doutrina oficial é também um agravo ao Estado. Também não podem permitir a competição externa, porque a existência contínua de filosofias opostas é teologicamente um anátema e constitui uma ameaça à unidade imperial. Os impérios ideológicos, ao contrário dos econômicos, precisam lutar por tudo, ou tombar no nada. Esquecendo essas diferenças filosóficas entre o Ocidente liberal e o Oriente totalitário, e convencidos de que a economia prevaleceria sobre a política, em vez de o contrário, os EUA prosseguiram com a contenção.

Supremos no ar e no mar e seguros de sua superioridade nuclear, os EUA poderiam responder a quaisquer esforços dos russos para romper o anel das *rimlands*. Mas foi esse o erro fatal da contenção. Basicamente defensiva, deu aos comunistas a opção da iniciativa. Pulando por cima do escudo de segurança, os soviéticos começaram a alimentar guerras de libertação nacional e a penetrar na área do império econômico norte-americano.

Em 1959, a situação estratégica começou a favorecer os soviéticos. Cuba caiu sob o domínio de Fidel Castro. A CENTO desmoronou. Aumentou a insurreição no sudeste da Ásia. Os russos, recordando a crise dos mísseis de Cuba em outubro de 1962, aumentaram sua capacidade de ICBM e aceleraram a construção naval.

Um único oceano envolve o mundo inteiro. Contudo, os pontos marítimos de estrangulamento que surgiram na viagem de Vasco da Gama suportam ainda a maioria do comércio mundial: cinco mares internos — os do sul da China, o Mediter-



râneo, o do Norte, o da Noruega e o Caribe; dois canais interoceânicos — Suez e Panamá; e sete pontos críticos de passagem — os estreitos de Málaca, Sri Lanka (Ceilão), Chifre da África, canal de Moçambique, cabo da Boa Esperança, Gibraltar e cabo Horn. Desde 1959, os russos, inspirados por Mahan, Mackinder e Haushofer, lançaram, sob a direção capaz do almirante Andrei Gorshkov, uma frota de alto-mar e intrometeram-se em todos esses 14 pontos de estrangulamento. Os tártaros foram para o mar.

Dois anos depois que os soviéticos começaram sua preparação naval e nuclear, os EUA deram início ao seu desarmamento unilateral. Em 1964, o secretário da Defesa, Robert Strange McNamara, convencido de que era possível aculturar os comunistas, avançou uma política destinada a desmantelar as defesas norte-americanas. A acomodação, e não a confrontação, tornou-se a base da política exterior norte-americana. A *detente* — segunda fase da Terceira Guerra Mundial — começou. Concomitantemente, como herança residual da guerra fria, os EUA, atendendo compromissos de trabalho, intensificaram a ajuda ao Vietnã do Sul e passaram a envolver-se cada vez mais profundamente no sudeste da Ásia.

O confronto ao longo do Mekong conflitava com a acomodação às margens do Potomac. Imobilizado por políticas contraditórias, os EUA combateram nessa guerra para não ganhar. Enquanto isso, emergia um mundo multipolarizado. Havia passado a predominância bipolar. A aliança sino-soviética cindiu-se. A *Heartland* não era mais inteira. O Japão, na meia-lua interna, e a República Federal da Alemanha, da *rimland*, transformaram-se em gigantes econômicos. O Irã, no crescente interno, e o Brasil, no crescente insular, ergueram-se entre as potências regionais. A Rússia estava cercada por nações hostis e cada vez mais robustas. A República Popular da China (RPC) era potencialmente a mais perigosa. E os chineses eram um inimigo antigo.

A União Soviética resolveu eliminar a RPC. Havia três opções: um ataque cirúrgico convencional, a devastação nuclear ou o isolamento pelo cerco. Foram propostas todas as três. Em 1965, a URSS tentou formar uma coligação com o Vietnã do Sul, a China nacionalista (Taiwan) e o Japão, para conquistar a China comunista. Esse esforço foi frustrado pelo serviço de inteligência naval dos EUA. A segunda opção, a eliminação atômica, também foi contrariada pelos EUA. A terceira, o isolamento pelo envolvimento geográfico, está a caminho. Mas a RPC não é a única inimiga da URSS.

O ponto de vista dos soviéticos é simples. O plano é fazer um envolvimento duplo. Os soviéticos buscam obter superioridade nuclear e naval. Então, sob a cobertura de um inexpugnável guarda-chuva nuclear, cercar a RPC e estrangular as nações industrializadas da Aliança Ocidental — essencialmente os EUA — estrangulando seu acesso aos minerais estratégicos e aos suprimentos de energia. Esse conceito de empregar forças convencionais sob um equilíbrio de terror nuclear é quase uma estratégia pré-atômica, pois a URSS está aplicando os princípios básicos da geopolítica — o cerco, o isolamento e o estrangulamento. O envolvimento é também a terceira fase da Terceira Guerra Mundial.



A Indochina era a chave da estratégia de cerco dos soviéticos. Ajudados pela expansão de seu poderio naval, os soviéticos forneceram as armas mais modernas aos norte-vietnamitas. O apoio chinês ao Vietnã do Norte foi mínimo e principalmente com finalidades de propaganda, para salvar o prestígio da China junto ao Terceiro Mundo. A RPC temia ver um satélite soviético em sua fronteira meridional, área de suserania tradicional dos chineses. Quando o presidente Richard Nixon exerceu a opção chinesa, em 1971, seu emissário, o general Haig, foi informado pelo presidente Mao-Tsé-tung de que a RPC não queria que os EUA perdessem na Indochina. Mas Saigon caiu em março de 1975.

A RPC está cada vez mais cercada pelo poderio soviético. Uma meia-lua de bases, satélites e aliados dos russos, curva-se para o oeste, o sul e o leste ao redor da China continental, do mar do Japão ao mar do sul da China. Shikotam, Sakalina, Sikhote Alin, a República Democrática da Coreia (do Norte), a Mongólia, a Sibéria, o Afeganistão, a Índia e a Indochina formam um semicírculo em torno da RPC que começa no estreito Tártaro e acaba na baía de Cam-Ranh. Somente duas aberturas ao longo desse perímetro hostil, o Paquistão, favorável à RPC, e a Birmânia, que é neutra, oferecem a Pequim avenidas incertas para o oceano Índico e os povos marítimos da Aliança Ocidental.

A fronteira marítima da China comunista no Pacífico está em frente das Filipinas, de Formosa, do Japão e da República da Coreia (do Sul). Esses três arquipélagos e um pedaço de uma península formam uma porção de uma frente cada vez mais frágil contra o outro braço do avanço soviético — o estrangulamento das nações industrializadas.

Todos esses quatro países capitalistas — Filipinas, Taiwan, Japão e Coreia — dependem de energia importada — petróleo e/ou alimentos, e matérias-primas. Estão também todos sob ataque. As Filipinas enfrentam uma insurreição. A China nacionalista, em Taiwan, receia o total abandono dos EUA. O Japão está sob a pressão direta do aumento da presença russa nas ilhas de Shikotam. A Coreia do Sul preocupa-se com a retirada das forças norte-americanas. Buscando sua sobrevivência, os povos insulares e peninsulares do Pacífico Ocidental — filipinos, taiwaneses, japoneses e sul-coreanos — consideram ou a opção nuclear ou a aliança com a URSS. Se algum desses povos marítimos buscar proteção junto aos soviéticos, o cerco da China continental estaria quase completo. A hostilidade dos soviéticos, combinada com a indecisão dos norte-americanos, colocou em perigo a RPC e convidou à desestabilização do mar da China.

O mar do sul da China é uma das cinco vias aquáticas interiores que transportam minérios e petróleo para as nações industrializadas. A maioria dos minerais está localizada na África meridional. A fonte do petróleo é o Oriente Médio. Até 1965, todas as instalações navais da África que orientavam as remessas de minérios às nações industrializadas achavam-se sob a soberania dos povos marítimos. O óleo do golfo Pérsico ia principalmente para o Japão e a Europa Ocidental através do mar do sul da China, do canal de Suez e do Mediterrâneo. Uma quantidade mínima era exportada para os EUA. Mas, a partir de 1965, houve uma revolução no consu-



mo de energia e no transporte de petróleo. O petróleo do Oriente Médio, que era transportado por Suez e o Mediterrâneo até a Europa Ocidental, começou a ser enviado pelo sul, em superpetroleiros, ao longo da África Oriental, passando pelo canal de Moçambique, contornando o cabo da Boa Esperança, passando a subir do Atlântico, por Angola e Guiné-Bissau, até chegar à NATO e os EUA. O mundo virou de cabeça para baixo; o globo foi invertido. Portos de escala hostis substituíram as instalações navais amigas. Mas a terra também mudou de outras maneiras.

O confronto bipolar da guerra fria foi substituído pela *détente* e, depois, pelo duplo envolvimento. A cisão sino-soviética aumentou. O Vietnã do Sul, abandonado pelos EUA, caiu, seguido do Laos e do Camboja. Portugal, junto com a Espanha e o Marrocos, viu-se alvo do plano Orã dos soviéticos, de 1974, e tremeu. Moçambique e Angola vacilaram. À medida que a *détente* enfraquecia e o cerco estendia-se, quatro nações emergentes — o Japão, o Irã, a Alemanha Ocidental e o Brasil — consternados com a derrota dos norte-americanos no sudeste da Ásia e preocupados com a pouca confiança que os EUA inspiram como aliados, formaram uma coligação para continuar a contenção.

A interdependência econômica mútua e a segurança militar fez desse quarteto do Japão, Irã, Alemanha Ocidental e Brasil uma associação perfeita. O Japão forneceria capital e tecnologia ao Irã e ao Brasil, além de presença do Pacífico Oriental. O Irã forneceria petróleo, agiria como um igualizador no Oriente Médio e projetaria seu poder naval rumo ao sul, no oceano Índico, para proteger as linhas marítimas de comunicação do petróleo para o Japão, no Pacífico, e para a Alemanha e o Brasil, no Atlântico. A Alemanha Ocidental, como o Japão, exportaria capital e tecnologia para o Irã e o Brasil, buscando simultaneamente fortalecer a NATO. A função imediata do Brasil seria fornecer alimentos e matérias-primas e, eventualmente, à medida que fossem entrando o capital e a tecnologia, substituir os EUA numa aliança mundial. Enquanto isso, o Brasil serviria de estabilizador na América do Sul, esforçar-se-ia para defender o sul do Atlântico e para restabelecer a presença dos povos marítimos na região dos minérios da África meridional, ameaçada pela satelitização de Moçambique e Angola pelos soviéticos. Mas essa aliança necessitaria de dois decênios para resultar num instrumento eficiente, e somente quatro anos depois de sua formação, em 1975, o Irã foi desestabilizado, o xá exilou-se no México e a coligação ruíu. O Japão passou a fortalecer seus elos com a RPC. A Alemanha Ocidental, lembrando-se de Bismarck e de Rapallo, reconsiderou a *Ostpolitik*, enquanto o Brasil iniciou uma revisão de sua doutrina estratégica.

O fim da aliança Brasil-EUA já havia acontecido. O rompimento deu-se em março de 1977. Acrescentada à crise de energia de 1973 e à perda do sudeste da Ásia, de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, em 1975, havia uma lista de supostas violações aos direitos humanos ligada à ajuda militar norte-americana de 50 milhões de dólares. Indignado ante essa intervenção em seus assuntos internos, o governo brasileiro, que chegou a considerar o rompimento das relações diplomáticas, contentou-se com o cancelamento unilateral do acordo de defesa mútua de 1952. Prevaleceram o interesse econômico e as considerações estratégicas. Mas a parceria rompeu-



se. O Brasil virou-se para o Japão, a Alemanha Ocidental e o Irã. Contudo, essa opção evaporou-se com a expulsão do xá. Outras iniciativas toram indicadas.

O fim do Irã pôs em perigo os campos petrolíferos do Oriente Médio. A queda do xá também deixou desprotegidas as linhas marítimas de comunicação do petróleo no oceano Índico para o Japão, Austrália, Nova Zelândia, Brasil, NATO e os EUA. Ao mesmo tempo, o fim da projeção naval proposta pelo Irã, ao longo da costa da África Oriental, desgastou a presença já fraca do Ocidente na zona de minérios estratégicos da África meridional. Até mesmo o Atlântico — âncora da aliança industrializada — ficou desprotegido.

O Atlântico estende-se por quatro dos principais mares interiores do mundo — Mediterrâneo, do Norte, da Noruega e o Caribe. Dois desses, o Mediterrâneo e o Caribe, estão ligados aos dois canais interoceânicos, Suez e Panamá. A entrada no sudoeste do Atlântico é feita pelo cabo da Boa Esperança, enquanto que o cabo Horn oferece uma passagem do Pacífico ao sudoeste do Atlântico. Gibraltar guarda o Mediterrâneo, na borda oriental do meio do Atlântico e, para o norte, as saídas do oceano Ártico são via mar da Noruega, através das aberturas da Groenlândia—Islandia—Faeroes—Noruega e o estreito de Davis, entre a Groenlândia e a América do Norte. Todos esses pontos têm testemunhado pressões soviéticas desde 1969. Enquanto os EUA contentam-se com a acomodação, a URSS, utilizando a *détente* como cobertura, passou ao estrangulamento.

O objetivo dos soviéticos é derrotar as nações industrializadas, não destruí-las. Interditando seus suprimentos minerais e petrolíferos, eles podem forçá-las à submissão, deixando suas indústrias intactas. Então, à maneira dos tártaros, os rusos exigirão tributos sob a forma de bens e serviços para o seu povo, que sacrificou-se para sustentar a superioridade nuclear e a frota de alto-mar. O ciclo da subjugação será então irreversível, pois os povos marítimos do Pacífico Ocidental, da Europa Ocidental e do Hemisfério Ocidental ver-se-ão obrigados a continuar financiando sua própria escravização ao sistema soviético. A crise atual é no Caribe. Aqui, no Mediterrâneo do Novo Mundo, a Terceira Guerra Mundial está chegando a um clímax.

Aviões russos de reconhecimento fazem missões regulares de Cuba à Guiné-Bissau. Durante os dois últimos decênios, o Caribe viu-se infeccionado por um câncer que ameaça estrangular os hidrocarbonatos vitais à sobrevivência de uma nação que precisa agüentar pelo menos até o fim do século: os EUA. Para estes, que importam de outras terras 93 dos 95 minerais estratégicos, e mais de 43% de sua energia, o Caribe é de importância decisiva. Para os russos, que se retiraram do Hemisfério Ocidental em 1867, voltando para 1959, e em o Caribe, este é o nexo do Novo Mundo.

O Caribe é um mar fechado. Seu número de entradas e saídas é limitado. As ilhas de Trinidad, Barbados, Windward, Leeward, Virgens e Bahamas cercam o bordo oriental. As Américas do Sul, Central e do Norte fecham o resto. A única passagem para o Pacífico é o canal do Panamá. O centro do círculo é dominado pelas Grandes Antilhas — Porto Rico, Hispaniola, Jamaica e Cuba — que também formam



uma barreira entre as América do Sul e do Norte. Somente três canais, Mona, Windward e Lucatam cortam a cadeia de ilhas das Antilhas, que estão em diagonal relativamente às rotas marítimas que ligam os dois continentes. As cálidas águas tropicais banham também a Venezuela e o México, duas das maiores nações exportadoras de petróleo do mundo. Setenta e cinco por cento de todo o petróleo importado pelos EUA — cerca de 30% do consumo total do país — passa pelo Mediterrâneo do Novo Mundo. Assim, os bordos e a bacia do Caribe são um ponto focal para o petróleo.

Através dos canais do Caribe, as passagens das Antilhas e o canal do Panamá, pulsa o petróleo do Oriente Médio, do Equador, do Alasca. O Oriente Médio pode ser a fonte do petróleo, mas seu ponto de saída é o Mediterrâneo do Novo Mundo. Os superpetroleiros que partem do golfo Pérsico e contornam a África, não aportam diretamente nos portos atlânticos ou do golfo do México dos EUA. Esses vastos navios transferem suas cargas em Trinidad, Curaçao ou nas ilhas Virgens para petroleiros de tamanho normal que partem, então, para as costas leste e sul dos EUA. O petróleo venezuelano também viaja para o norte através dos canais Mona, Windward e Lucatam. Nem sempre é óleo cru. Posto que os EUA terminaram uma refinaria em sete anos, muito desse petróleo importado já é um produto acabado, que foi processado em locais próximos às coisas norte-americanas.

O canal do Panamá também desempenha um papel importante no fornecimento de petróleo dos EUA. O óleo procedente do Alasca e do Equador passa pelo oleoduto Pacífico-Atlântico em David, na República do Panamá, ou em petroleiros, pela Zona do Canal. Portanto, quem controlar o Caribe, pode estrangular os EUA, cortando a linha vital do petróleo.

A história passa, mas a geografia continua. É um tema básico da geopolítica. O mar fechado do Caribe tem sido cenário de lutas desde o aparecimento da Europa moderna. Todas as grandes nações marítimas — Espanha, Holanda, Grã-Bretanha, EUA e URSS — lutaram pela supremacia no Mediterrâneo do Novo Mundo.

Cuba sempre foi a chave do Caribe. Fidel Castro atacou os bordos do mar interno entre 1959 e 1965. A República Dominicana, o Haiti, a Venezuela, a Colômbia, o Panamá, Nicarágua, Guatemala e México foram seus alvos. Mas o nacionalismo local, apoiado pelo serviço de contra-insurreição dos EUA, suprimiram esses ataques subversivos. Tendo falhado a ação direta, os comunistas passaram temporariamente a sua outra tática tradicional: a frente popular. Mas, em 1968, foi lançada uma nova técnica: a infiltração nas forças armadas. Os resultados, ajudados pela perda geral de vontade e finalidade dos EUA e por um notável declínio da esperteza dos *Yankees* e de seu senso estratégico, foram revolucionários.

O Caribe havia sido um lago norte-americano. Agora, está passando a ser um mar socialista. A Guiana está indo em direção ao marxismo. O general Omar Torrijos, amigo de Castro, reina na República do Panamá. O presidente Carter, aparentemente seguindo as idéias propostas pelo Instituto de Estudos Políticos em *A conexão meridional*, entregou o canal do Panamá, desestabilizou a Nicarágua e está contemplando devolver Guantanamo e oferecer a independência a Porto Rico. A retirada dos EUA do Caribe e da Zona do Canal, passagem transistmica da qual



dependem não somente os EUA, mas também o Brasil e as repúblicas de língua espanhola das Américas Central e do Sul, para seu comércio marítimo, complica ainda mais a situação. Em meados de 1979, levadas por governos de frente popular e abaladas pela subversão, várias das antigas colônias britânicas das Índias Ocidentais — Granada, Santa Lúcia, Dominica e Jamaica — aderiram ao castrismo. Então, com o acesso ao Atlântico pelas ilhas Windward e a passagem ao Pacífico pelo canal do Panamá ao alcance de suas mãos, os comunistas cubanos e o Partido del Pueblo do Panamá, utilizando-se da Nicarágua, a única outra rota viável para um canal transitístico. A agonia da Nicarágua, exacerbada pelo envio de armas norte-americanas ao Panamá, a fim de serem transferidas aos sandinistas, pela interdição dos EUA às armas israelenses destinadas a Anastasio Somoza e pelo embargo norte-americano às munições para a Guarda Nacional da Nicarágua é apenas o começo da evisceração da América Central.

A Nicarágua é uma cabeça-de-praia para uma eventual conquista dos campos petrolíferos do sul do México pelos castristas. El Salvador está cercado e a Guatemala está sendo visada. Utilizando uma combinação de nacionalismo ardente e lemas socialistas, uma futura República Popular da Guatemala poderá reclamar a devolução das províncias de Chiapas e Soconusco, perdidas para o México em 1882. É questão apenas de chegar o momento certo. A brigada sandinista Simão Bolívar está pronta para a ação. Os soviéticos dispõem de capacidade de transporte aéreo suficiente para transferir as 3.000 tropas de combate russas estacionadas em Cuba a qualquer ponto do Caribe. O debate sobre a data está sendo travado em Moscou, Havana e Manágua. A controvérsia centraliza-se em torno do novo presidente dos EUA. Se um "falcão" tiver probabilidade de ganhar a Casa Branca, a ação em El Salvador deverá ser para breve. Se parecer provável a vitória de um "pombo", El Salvador e Guatemala terão até inícios de 1981 para se prepararem. De significação mais imediata é a transferência da Zona do Canal de Panamá à República do Panamá na segunda-feira, 1º de outubro de 1979.

Os tratados estabelecidos entre Carter e Torrijos e as reservas de DeConcini pressupõem a perda do canal transitístico pelos EUA muito antes do ano 2000 como aceita em muitos círculos latino-americanos. O presidente Aristides Royo, em carta de 11 de julho de 1979, a Jimmy Carter, tornou bem claro que existem várias áreas de desacordo quanto à interpretação dos tratados.

Tanto no Panamá quanto em El Salvador, a questão da tomada do poder pelos castristas é posta em termos de "quando" e não "se". A disputa sobre algum ponto de menor importância dos tratados entre Carter e Torrijos pode ser transformada num confronto pré-fabricado entre a Guarda Nacional do Panamá e o exército norte-americano. O Panamá pode nacionalizar o canal, que está sob seu domínio eminente, e convocar seus colegas socialistas da Nicarágua e de Cuba para apoiá-lo — Humberto Ortega Saavedra, Comandante — chefe das Forças Armadas Sandinistas comunicou às autoridades panamenhas, em 22 de setembro de 1979, que suas tropas combateriam junto com a Guarda Nacional panamenha, contra os EUA, "se houver uma agressão imperialista". Diante da luta, os EUA provavelmente recuarão, deixando a resolução do conflito entre os castristas e as potências regionais, Venezuela, Colômbia e México.



O colapso dos EUA no Caribe chamou o Brasil à arena. Até inícios de 1979, a doutrina estratégica brasileira sempre considerou o Mediterrâneo do Novo Mundo um lago norte-americano. À medida que o império econômico dos *Yankees* declina, o Brasil, a fim de proteger suas linhas marítimas de comunicação com seus fornecedores de óleo na Venezuela e no México, e suas rotas vitais de comércio com o Japão, passou a agir defensivamente na região, cooperando com outras nações da América Latina.

A cooperação é a chave. A crescente presença brasileira no Caribe é um esforço para transformar o Mediterrâneo do Novo Mundo num "mar continental" controlado não pelos castristas, mas pelos povos marítimos das Américas do Sul, Central e do Meio. Integração é a palavra de ordem. Somente uma América Hispânica adiantada, industrializada e próspera poderá confrontar a intervenção soviética e assumir com êxito sua parcela na defesa da Aliança Ocidental, trabalhando junto com os outros povos marítimos dos crescentes interno e insular — o Japão ligado à República Popular da China, a Austrália, a Nova Zelândia, e, talvez, com o tempo, os EUA reavivados, e mesmo o Canadá. Os hispano-americanos, liderados pela Argentina, Brasil, Venezuela e México, poderão estar criando uma *Heartland* do Novo Mundo para desafiar o Velho e substituir os anglo-americanos, que desde 1964 buscam a acomodação a qualquer preço.

A história passa e a geografia permanece. A China continua ainda seguindo uma política de vigilância contra a ameaça mongólica. A Rússia, herdeira da Horda Dourada e quase dominando a Eurásia, passou a cercar a China e a estrangular os povos marítimos, aplicando a tática tártara de controle dos pontos de estrangulamento e sua interdição, que tão bem serviu aos mongóis nos espaços vazios da Ásia Central. A Espanha e Portugal, pioneiros da Europa, embora já tenham deixado para trás seu apogeu como grandes potências, enfrentam ainda os mesmos problemas: a França e a principal potência naval. Mas deixaram herdeiros no Novo Mundo que, na qualidade de descendentes também de impérios ideológicos, entendem a psicologia soviética e esforçam-se para garantir a segurança do Ocidente. A França, sempre fazendo o seu jogo, está disposta a intervir nos assuntos espanhóis e germânicos e a aliar-se com quem quer que seja que favoreça seus alvos. A Inglaterra, que compreendeu o conceito do equilíbrio do poder, corporificou o poder marítimo durante um século e formulou a tese de Mackinder, é hoje apenas mais uma ilha perto da costa ocidental da Eurásia. Sua progênie anglo-americana, depois de um começo brilhante, com um "destino manifesto", esqueceu a realidade estratégica para seguir um suave ideal do século XVIII, tentando reabilitar os russos e comprar a tranquilidade global traficando com os tártaros. A Alemanha, política e territorialmente dividida, está voltando à *Drang nach Osten*, não através da conquista, mas da cooperação com os eslavos e, dada a presente tendência, o mundo poderá ver em breve uma repetição do pacto de Rapallo. O Japão, sob a cobertura do poderio norte-americano, ressuscitou a Esfera da Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental com um exército de mercadores em vez de militaristas.



A história passa e a geografia permanece. Contudo, somente os homens fazem a história, e a era em que os europeus partiram para dar a volta ao mundo está chegando ao fim. Dadas a crescente capacidade naval dos soviéticos e a dependência dos velhos impérios ultramarinos europeus — Portugal, Espanha e Inglaterra — dos minerais e da energia importados, o realismo individualista dos franceses, a situação geográfica da Alemanha entre a França e as forças do Pacto de Varsóvia, além da *Ostpolitik*, é possível prever a finlandização da Europa Ocidental num prazo de 5 anos. A Europa terá voltado a um período anterior à era da vela, a uma posição de península da Eurásia.

Situação oposta existe no outro extremo da Eurásia. Ali, os povos do Pacífico Ocidental têm uma possibilidade de sobrevivência. O Japão, ligado à República Popular da China, junto com a Austrália, a Nova Zelândia e a área econômica que abraça a antiga Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental têm, possivelmente em associação com a América Hispânica, uma chance de existência independente. É possível ainda que os esforços dos soviéticos para cercar a China venham a falhar, porque a China continental, como ficou indicado por seu ataque cirúrgico, ao sul, em início de 1979, na Indochina, está alerta ante o perigo e decidida a sobreviver. E numa guerra, a vontade de vencer é essencial.

A Terceira Guerra Mundial está chegando a um clímax na Ásia Oriental e no Caribe. As duas primeiras fases — a guerra fria e a *détente* — foram sucedidas pela estratégia soviética do duplo envolvimento, o cerco geográfico da RPC e o estrangulamento das nações adiantadas do Ocidente, fechando seu acesso aos minérios e ao petróleo. Enquanto isso, os EUA, até então a peça central do poderio do Ocidente, imobilizados por seu idealismo e hipnotizados por lucros fantasmas, buscam cegamente a acomodação. Mas o interesse nacional deve ter precedência sobre as lealdades filosóficas e corporativas. Pois a continuidade da comunidade é o objetivo final dos assuntos internacionais.

Os Estados Unidos existem somente em relação uns com os outros. Nação alguma barganha com a sobrevivência, e embora a geografia seja uma constante nas relações internacionais, a política é obra somente dos homens. A política exterior e a estratégia nacional são instrumentos por meio dos quais os povos buscam defender e expandir seus interesses. A política define tais interesses e estabelece prioridades. A estratégia fornece os meios de alcançá-los. Por isso, o guerreiro deve submeter-se ao estadista. Mas, numa era de conflito global, quando a sobrevivência da cultura cristã e da civilização ocidental está em jogo, o papel do estadista junta-se ao do soldado. Ainda há tempo para que os povos marítimos do Pacífico Ocidental, da Europa Ocidental e do Hemisfério Ocidental levantem-se e enfrentem o desafio dos mongóis que passaram ao mar.

*Reprodução de texto de conferência pronunciada no Seminário Internacional sobre Política e Estratégia, realizado em São Paulo, entre 13 e 17 de novembro de 1979, sob o patrocínio do grupo CONVÍVIO.*

*Os agradecimentos ao grupo CONVÍVIO*